

A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE INCLUSÃO NA FORMAÇÃO DO FUTURO PROFESSOR E SUA EFETIVAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Alexssandra Pasuch

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense Campus Concórdia.
alessandrapasuch@gmail.com*

Jennifer Valleriano Barboza

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense Campus Concórdia.
Jenni_sud@hotmail.com*

Prof^a. MSC. Rosane da Silva França Cavasin

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense Campus Concórdia.
rosane.cavasin@ifc-concordia.edu.br*

Resumo:

A Educação Inclusiva é um tema de grande destaque nos últimos tempos, devido às mudanças que ela sofreu historicamente e que nos faz refletir acerca do que é realmente a inclusão nas escolas brasileiras e como ela ocorre. Neste aspecto, o seguinte trabalho irá relatar uma prática realizada por acadêmicas, como parte da disciplina de Inclusão pertencente no curso de Matemática – Licenciatura do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Concórdia. Essa prática teve como objetivo inserir o acadêmico no contexto escolar durante o decorrer do curso e dar-lhe a oportunidade de vivenciar e conhecer o dia a dia de pessoas com necessidades especiais. Essa vivência aconteceu através da observação de alunos e visitas a uma sala multifuncional realizada nessa disciplina durante o ano de 2012. Com esta prática foi possível compreender o que realmente é a inclusão nas escolas, bem como a sua importância na formação de futuros professores de Matemática.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; vivência; sala multifuncional; formação de futuros professores.

1. Introdução

A educação inclusiva está sendo mais discutida nos últimos tempos, devido às mudanças que ocorreram historicamente. Ela passou de educação integradora inicialmente dirigida aos ‘chamados’ deficientes, à educação inclusiva, pois nesse percurso ela muitas vezes apenas agregou os alunos e não os incluiu como é a proposta que atualmente se apresenta. Este percurso necessitou de várias discussões, lutas, políticas públicas, para se concretizar, pois os deficientes assim chamados eram isolados da sociedade, considerados

muitas vezes como algo de castigo divino, bobos da corte, alguém que precisava ser isolado.

Um marco para as mudanças ocorridas nesse pensar, foi a Declaração de Salamanca, proposto pela UNESCO em 1994 – que tem como objetivos, a busca pelo o direito de todos à educação, bem como a melhoria ao acesso para pessoas com necessidades especiais – e após ela todas as políticas públicas seguiram suas recomendações. Atualmente a política pública para pessoas com deficiência tem como uma das prioridades equipar as escolas com salas multifuncionais, ou seja, criar espaços que possam atender com qualidade estes alunos, ao invés de isolá-los, possibilitando assim a inclusão no espaço escolar.

Isso nos faz refletir acerca do que é inclusão nas escolas brasileiras, como ela ocorre, e se é possível fazer uma educação inclusiva, já que construir apenas os espaços não é garantia de que a inclusão aconteça. Sabe-se que é direito de toda criança ter acesso à educação seja qual dificuldade apresentar, e por isso é necessário que as escolas possibilitem o acesso de pessoas com deficiência no ensino regular e estejam preparadas, de modo que aproprie os espaços, adeque materiais didáticos, aperfeiçoe e prepare profissionais para receber e atender estes alunos da melhor maneira possível.

Em concordância com Sasaki (1998, p.8), a educação inclusiva é:

(...) o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes.

Diante disso, nos cursos de licenciaturas, é imprescindível a disciplina de Inclusão, pois a partir deste, é possível ao acadêmico conhecer, pensar e refletir sobre como acontece à inclusão nas escolas. É necessário capacitar os futuros professores para o contexto escolar que estarão inseridos.

As diretrizes educacionais determinam que as licenciaturas ofereçam aos seus alunos a disciplina de LIBRAS, (Língua Brasileira de Sinais), mas alguns cursos vão além e oferecem outras disciplinas que refletem sobre a Educação Inclusiva no geral.

Esse é o caso do Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia, que oferece na sua grade curricular do curso de Matemática – Licenciatura a disciplina de Educação

Inclusiva com carga horária de 60 horas, sendo dessas 30 horas de prática a ser realizada nas escolas.

Nesse aspecto, na disciplina de Inclusão foi proposta a realização de uma Prática como Componente Curricular cujo objetivo seria conhecer a realidade escolar de pessoas com necessidades especiais. Os alunos receberam um roteiro a ser seguido que estabelecia o número de horas de visita e observação, aspectos a serem observados, e perguntas a serem feitas ao professor da turma, ao segundo professor e a direção. Ao final apresentariam um relatório escrito e uma apresentação em seminário para discussão coletiva e conhecimento de todos das várias visitas realizadas.

Nesse sentido, realizou-se uma visita à sala do Serviço de Atendimento da Educação Especial (SAEDE) com a finalidade de saber como ocorre o funcionamento de uma sala multifuncional, com o objetivo de adquirir conhecimentos que possam vir a auxiliar na formação docente. A Prática como Componente Curricular ocorreu em uma escola estadual na cidade de Seara/SC, a qual se desenvolveu através da observação da sala multifuncional, bem como um turno de aula que tivesse alunos especiais.

Através desta prática foi possível observar como ocorre o trabalho da educação inclusiva e se realmente há a inclusão de pessoas com necessidades especiais no âmbito escolar, bem como a importância de se cursar uma disciplina que aborde essa temática.

2. Referencial Teórico

A partir da década de 50, foram realizados muitos movimentos e campanhas sobre a importância da inserção de alunos especiais nas escolas regulares. Na década de 60, foi desenvolvida a primeira lei na LDB que decretou uma nova tendência a ser adotada pelas redes de ensino: “Art. 88 - A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.” (BRASIL 1996).

Nesse aspecto é necessário o entendimento sobre o que seria a educação inclusiva. A educação inclusiva é um processo de ensino que procura a inclusão de pessoas com deficiências no meio escolar e também social, com o objetivo de inseri-las mediante a utilização de recursos pedagógicos específicos que os auxiliem no processo de ensino-aprendizagem, o que está de acordo com Carneiro (2011) referente à LDB que, em seu artigo 58, define: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a

modalidade de ensino escolar, oferecida referencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais” (p. 425).

Assim, temos que todas as pessoas com necessidades especiais, possuem o direito a um atendimento especializado, o qual deve ser ofertado pelo Estado, sendo que quando é necessário, o aluno tem direito a uma série de profissionais (fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, médicos, assistentes sociais, professores das diversas áreas, entre outros) que auxiliarão para o pleno desenvolvimento do seu processo de aprendizagem (CARNEIRO, 2011).

O Serviço de Atendimento Educacional Especializado – SAEDE é ofertado pelo poder público nos sistemas de ensino, visando complementar a ausência de aptidões que os alunos possuem, para que possam melhor se desenvolver social e intelectualmente. Neste sentido para auxiliar o professor da sala é assegurado o direito a ter num segundo professor, ou professor auxiliar, que acompanhará a pessoa com necessidades especiais durante a realização das atividades desenvolvidas durante o período de aula.

A garantia de acesso a uma educação vem através da Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em seu artigo 4º que define (p.62):

O dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

III- atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

Verifica-se com isso que a inclusão é um processo gradual, em que é direito de todo o cidadão o acesso a uma educação de qualidade, e com isso, é imprescindível e necessária à colaboração de todos os sujeitos envolvidos (governo, comunidade escolar) para que a educação ocorra de forma efetiva e significativa de maneira que a educação inclusiva, juntamente com a educação regular, tenha como objetivo mútuo, garantir o exercício pleno a educação, com o princípio da igualdade.

3. Desenvolvimento

A Prática como Componente Curricular ocorreu em dois momentos. Primeiramente foi realizada uma visita à sala do SAEDE, em que foi possível verificar que o ambiente era amplo, muito bem organizado e agradável, no entanto a sala não se

encontrava dentro da escola: trata-se de uma casa construída para este fim, contém vários cômodos que são: um hall de entrada, com bebedouro, banheiro, uma sala com computadores, uma sala onde ocorrem as aulas, outra sala com materiais que são utilizados pela professora e também um depósito.



Figura 1: espaços da sala multifuncional.
Fonte: o autor, 2012.

Esta sala atende um total de 15 alunos em torno de 4 a 5 por dia. Cada aluno tem direito a 1 h e 30 minutos, duas vezes durante a semana, em que alguns casos, este atendimento pode ocorrer num período maior, pois depende das condições que os alunos possuem. Percebeu-se na ocasião da visita, que muitos alunos vêm do interior e não tem como voltar para casa sem o transporte escolar, por este motivo, acabam permanecendo à tarde ou a manhã inteira no SAEDE.

Os alunos somente possuem o direito de frequentar este serviço, se estiverem devidamente matriculados no ensino regular. No decorrer da prática houve uma conversa com a professora da sala, em que foi possível saber que a professora trabalha a vinte e dois anos com pessoas com necessidades especiais, no início de sua carreira como docente trabalhou em uma escola particular, depois passou a trabalhar na Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE de Seara) e, logo após um concurso do estado, iniciou seu trabalho na atual sala do SAEDE.

Durante a tarde, foi possível visualizar o atendimento de três alunos, em que na realização da atividade foi possível conhecer e entender como acontece o aprendizado de alunos especiais. No segundo momento foram observados, dois turnos de aula regular, que ocorreram em uma escola estadual no município de Seara, quando se

analisou algumas aulas de um aluno do 5º ano e uma aluna da 8ª série do ensino fundamental da referida instituição.

3.1 Descrição da observação do aluno do 5º ano

Na data de 23 de dezembro de 2012, foi realizada uma observação na turma de uma pessoa com necessidades especiais. Na data houve as seguintes aulas: uma aula de Educação Física, duas aulas de Língua Portuguesa e duas de Matemática.

A professora titular da sala é graduada em pedagogia e a segunda professora também é pedagoga e possui especialização em educação infantil com ênfase na educação especial. A segunda professora iniciou o trabalho com este aluno neste ano, sendo que antes trabalhava no município de Xavantina com dois irmãos que possuíam deficiência mental.

Na sala de aula estudam 28 alunos, sendo que todos respeitam as dificuldades do colega, o qual possui problemas nas cordas vocais, deficiência mental não especificada, hiperatividade e deficiência auditiva bilateral leve. Porém estas dificuldades não o impede de desenvolver todas as atividades que os colegas realizam, mesmo que com necessidade de um período de tempo um pouco maior, salientando que a participação nas aulas vem do próprio aluno que não aceita trabalhos diferenciados. Durante as aulas de Artes e Educação Física, a segunda professora não acompanha o aluno para que este passe a ter maior autonomia e aprenda a agir por conta própria, para que não necessite do auxílio da segunda professora em tempo integral.

Segundo o relato da segunda professora, até o 5º ano ela é também segunda professora de toda a turma, em que auxilia a professora regente da turma em todas as atividades. Após o 6º ano, ela passa a ser professora somente do aluno que possui necessidades especiais.

A professora regente da turma trabalhava os conteúdos na sala e a segunda professora adaptava e o auxiliava quando necessário.

Percebeu-se que o aluno, embora possua as deficiências já citadas, possui grande autonomia e consegue realizar as atividades sem grandes ajudas da segunda professora. Percebeu-se também, que pouco a professora regente da turma verificou se ele compreendeu os conceitos trabalhados, pois o trabalho de avaliação do aluno é desenvolvido pela segunda professora.

3.1 Descrição da observação da aluna do 8º ano

Nesse momento ocorreu à observação de uma aluna, que tinha 16 anos e possuía déficit de aprendizagem. A segunda professora, que é a mesma para os dois alunos, procura deixar a aluna a vontade nas aulas de educação física e artes com o objetivo de adquirir autonomia e os colegas poderem ajudá-la.

Na primeira aula, ela teve Educação Física, nesta aula, ela jogou basquete com os colegas, havendo grande interação entre todos.

Durante a aula de inglês, a professora fez um trabalho em grupos, porém em momento algum se aproximou desta aluna. Após teve a aula de artes, e nesta aula também, ela é deixada sozinha para que possa se desenvolver e durante a aula ela fez um girassol com dobraduras.

Pode-se perceber que esta aluna necessita de maior ajuda do que o aluno primeiramente observado, em que exige maior apoio dos professores. Em um dos momentos da aula, a professora de Matemática estava abordando conceitos relacionados a relações métricas do triângulo retângulo e como a aluna não acompanharia a turma no desenvolvimento do conhecimento, a segunda professora resolveu trabalhar sistema monetário, pois a esta aluna havia conseguido um emprego e mal sabia trabalhar com dinheiro.

Foi possível analisar que a segunda professora procurou alternativas de que seria melhor para a aluna naquele momento, o que seria útil para a vida dela. Também se pode verificar que é necessário que os professores, tanto segundo professor, quanto os professores regentes da turma, elaborem planejamentos de aula que tornem possível uma verdadeira inclusão em sala de aula, para que esses alunos especiais se tornem inclusos em sala, para que realize as atividades juntamente com os demais alunos da turma.

4. Conclusão

Na realização das observações, foi possível compreender a importância de se apreender o que é inclusão no âmbito escolar, pois se percebeu que esse assunto deve ser discutido e compreendido tanto pela comunidade escolar quanto pela sociedade, em que se pode verificar que de um modo geral, muitas pessoas ainda não conseguem entender o que é realmente uma inclusão.

Por meio das observações, constatou-se que a inclusão só ocorrerá de forma significativa se houver a ajuda e disposição tanto do segundo professor quanto dos demais professores, pois é necessário que aconteça uma comunhão entre estes, para que ocorra êxito no trabalho a ser desenvolvido.

Através desta prática percebeu-se a grandiosidade de ser professor porque o relacionamento entre aluno e docente é algo muito significativo, pois tudo o que o aluno aprende está em grande parte relacionado ao comprometimento do professor em ensinar de maneira comprometida.

Percebeu-se também a importância do professor estar preparado para ter pessoas com necessidades especiais em sua sala de aula, porque a inclusão é algo recente na educação brasileira e é imprescindível a formação adequada para que os professores possam atender e ensinar da melhor maneira possível procurando sempre a forma mais expressiva e adequada de ensino para seus alunos.

Possibilitou ainda verificar que além de todo o preparo que o professor deve ter para realizar este trabalho ele deve ter amor, amor este que deve ser idealizado para encontrar os melhores métodos e maneiras para ensinar estes alunos tão especiais.

Na observação da sala do SAEDE, analisou-se quão grandioso é este trabalho com alunos especiais, porque nas pequenas coisas, nos pequenos ensinamentos, nas pequenas formas, nos pequenos gestos, no empenho do professor, já é de grande importância e valia quando o aluno aprende simples coisas, mas que tornam a vida dele mais significativa.

Verificou-se a beleza deste trabalho, um trabalho simples, mas que muda vidas, tornando a profissão de docente mais prazerosa à medida que se vê o aprendizado acontecendo na vida destes alunos mais que especiais.

Portanto é essencial que as licenciaturas tenham em suas grades curriculares o componente que discuta a Educação Inclusiva, na sua forma ampla de reflexão, para que assim os acadêmicos possam ter assegurado em sua formação esse conhecimento. E em relação à prática, ela é imprescindível que aconteça, pois foi através dessa vivência que percebemos que existe sim, a possibilidade de se fazer uma educação inclusiva de qualidade.

5. Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> acessado em 10 de abr. 2013.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Integração e Inclusão: do que estamos falando?** Temas sobre Desenvolvimento, v.7, n.39. 1998.